



PVH1940-2023 - SOCIABILIDADE E CONFLITO NOS PROCESSOS CRIMES NO INTERIOR DO CEARÁ, ACARAPE, 1870-1880.

Aldemir Andersson De Sousa Augusto¹
Rafael Da Cunha Scheffer²

RESUMO

Através da análise de processos crime produzidos na antiga Acarape, essa pesquisa procurou entender melhor a dinâmica social, as relações de sociabilidade e conflito nessa sociedade rural, marcadamente a atuação de homens livres pobres em uma ordem escravista, na qual o acesso à terra e sua produção era fundamental para a sobrevivência. Assim, partindo da análise do conjunto de processos crimes sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), selecionamos um caso para uma exploração mais detalhada. Enfatiza-se que essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio e fomento do Programa Institucional de Bolsas de iniciação Científica (PIBIC) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no qual foi disponibilizado a condição de bolsista, possibilitando assim a produção da mesma. Na pesquisa aqui desenvolvida, analisamos em contexto um Processo Crime executado pelo Juízo Municipal de Acarape (atual Redenção - CE) e pela Delegacia Policial do Acarape, que versa sobre um Ataque à Junta de Alistamento Militar da mesma vila, ocorrida em 1875. Nesse processo, os réus são acusados de tumultuar e atacar a junta responsável pela realização da matrícula e sorteio do alistamento militar no Acarape, impedindo que ela realizasse sua atividade. Esse ataque está situado em um conjunto de revoltas contra a lei 2.556 de 1874, que definiu novos critérios e condições do recrutamento para o Exército e Armada, denominadas de Rasga-Listas.

Observando os fatos e narrativas citados, a pesquisa observou diferentes perspectivas acerca do cotidiano social do Acarape Oitocentista por meio dos fragmentos históricos produzidos no Documento, nos quais se descrevem os conflitos, ações e testemunhos de um grupo acerca de um interesse comum. Buscando explicitar esse passado, questões do presente são evocadas pensando a significância dos debates, no qual leis impostas a população e sua aceitação (ou não) são o ponto de partida do conflito, mas aspectos sobre organização social e comunitária frente a instituições de poder e controle, defesa de interesses comuns, relações do Urbano e do Rural, assim como conflitos ocorridos em determinado território ou região estão aqui investigados.

Palavras-chave: Processos Crime; Conflito; Rasga-listas; UNILAB.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Unidade Acadêmica Palmares, Discente, aldemirandersson@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Unidade Acadêmica Palmares, Docente, rafaelscheffer@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Para a discussão desenvolvida, o presente projeto tem como referências básicas uma série de obras já clássicas na historiografia brasileira, nas quais historiadores têm feito um uso recorrente dos processos judiciais para entender a sociedade em diferentes momentos. Na década de 1980, Maria Sylvia de Carvalho Franco lançou a questão da necessidade de se falar sobre a população livre pobre na sociedade escravista brasileira. Em *Homens livres na ordem escravocrata* a autora utilizou muitos processos judiciais para embasar sua discussão sobre a sociabilidade e os conflitos entre essa camada da população, dando destaque ao entendimento das ações coletivas e das visões de mundo desse grupo (FRANCO, 1983). Em especial, a autora analisa como a violência era percebida por essa sociedade, o que nos ajuda a pensar essa questão para a presente pesquisa.

Em *Crime e escravidão* Maria Helena Machado realizou uma longa discussão sobre o uso e análises sobre os processos crime para entender a sociedade escravista da segunda metade do século XIX. Na discussão em curso, Machado discute não só a motivação e as características da chamada criminalidade escrava, mas também a maneira como esses crimes eram percebidos e interpretados pela sociedade da época (MACHADO, 2018).

Em *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub utiliza os processos crime para acessar “versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência” (CHALHOUB, 2001, p. 41), que nos indicam valores, expressões e narrativas aceitas em um momento. Com isso o historiador acessa práticas, costumes e visões de mundo dos trabalhadores que, de outra forma, ficariam de fora da história. Com a análise desses processos, Chalhoub passa a entender melhor a cultura dos trabalhadores no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, objetivos semelhantes aos procurados por essa pesquisa.

No caso do Ceará, pesquisas já discutiram a importância e o papel social da violência para a sociedade oitocentista local. O hábito de encarar reações violentas como algo comum ou moral é o que Raimundo Alves de Araújo vai denominar de “código de honra do cabra macho sertanejo”, visto como algo característico dos interiores “incivilizados” (ARAÚJO, 2011). Nessa perspectiva, segundo o autor, a justiça só era acionada quando o acontecimento tomava grandes proporções, pois na sociedade Oitocentista era ética e moralmente aceita a ação de retaliação. É importante lembrar, ainda, que tais comportamentos estão envolvidos por um fio patriarcal e por característicos papéis de gênero.

As relações de poder envolvidas na formação social do Brasil podem ser investigadas e exemplificadas a partir de menores recortes temporais e de território, onde uma localidade pode ser palco de eventos que estão interligados com um ou mais movimentos muito maiores e abrangentes. E conforme a narrativa é construída a fim dessa investigação, testemunhas desses fatos e ações devem ser ouvidas, e isso é feito a partir do uso de Fragmentos Históricos localizados em Documentos contemporâneos aos eventos. No foco da pesquisa realizada, as revoltas Rasga-Listas são assistidas em razão da organização social em busca de defender um interesse comum por efeito das imposições legais de instrumentos e organizações de governo.

Desse modo, o *Acarape Oitocentista* é exposto como referência na busca do entendimento sobre organização social no Brasil Império, especificamente com a população livre em contexto de uma suposta ameaça de escravização. No qual sociabilidade e conflito são examinados em meio aos documentos históricos processuais produzidos.

METODOLOGIA



A pesquisa realizada com documentos referentes à região do Maciço de Baturité, investigou as tensões, conflitos e sociabilidade entre a população pobre no interior do Ceará da segunda metade do século XIX. Buscando ainda compreender como a violência fez-se uma forma de resolução para os conflitos cotidianos. A investigação se dará com a leitura das fontes documentais – os processos crime – e a discussão com obras de historiadores sobre a temática.

As fontes selecionadas para esse projeto são processos crimes produzidos no século XIX, na cidade de Acarape/Redenção. Essas fontes se encontram sob guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e foram parcialmente digitalizadas em um projeto de extensão da UNILAB. Dessa forma, já temos acesso a cerca de 80 processos digitalizados, tanto criminais quanto cíveis, e outros podem ser acessados e digitalizados na sequência.

Os documentos selecionados contam histórias variadas, que nos ajudam a entender uma série de processos e relações sociais. Como exemplo trabalhado nessa pesquisa, foi usado o seguinte caso. Em 1875, na Vila do Acarape, um grupo de homens é acusado de tumultuar e atacar a junta responsável pela realização da matrícula e sorteio do alistamento militar no Acarape, impedindo que ela realizasse sua atividade, dentre eles, Francisco Sombreira Lima, que em seu testemunho sobre os fatos “Respondeu que veio em companhia dos outros rasgar os papéis de alistamentos porque ouviu dizer que todos haviam de ser soldados e que quem tivesse uma filha ou dava cinquenta mil réis ou entregava as autoridades, e que as mulheres tinham de pagar cinco mil réis se quisessem trazer os cabelos soltos [de banho], e que havia mais de se [afastar] da religião e que quem batizar e casar-se sob o Delegado ou Juiz de Paz e tudo isto em virtude da lei do alistamento (...)”.

O conflito em um momento de sociabilidade nos chama a atenção, especialmente quando observamos a motivação e os resultados do conflito que, friamente, podemos caracterizar como desmedidos. Entretanto, ao analisar os testemunhos e motivações podemos explorar como a lei de sorteio militar 2.556 foi divulgada, assimilada e recebida, no qual a partir desta, o recrutamento militar passou a ser realizado por meio de sorteio para supostamente acabar com favorecimentos pessoais envolvidos nesses processos de alistamento. E ao analisar como as outras testemunhas reagiram ao evento, o que elas tinham a dizer sobre o histórico e as reputações dos envolvidos, inclusive os laços entre eles, podemos acessar as práticas sociais, ideias e costumes dessa população.

Explorando as informações, narrativas, valores e ideias registrados nos processos, buscou-se compreender de forma mais aprofundada as tensões, conflitos e sociabilidades de uma parcela da sociedade cearense na segunda metade do século XIX. A violência e sua relação com a solução de conflitos também foram analisadas, onde necessário, se utilizou de outras fontes disponíveis, de periódicos do período, por exemplo, para uma complementação da discussão. Os periódicos estão disponíveis on-line na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Ao fim deste projeto se desenvolveu a prática da investigação histórica e criação de conteúdo/conhecimento a partir da pesquisa. No campo específico do conhecimento, pretendeu utilizar da pesquisa para compreender os espaços e práticas de sociabilidade da população livre pobre de Redenção, assim como elucidar parte dos pontos de tensão e conflitos existentes nessa comunidade, especialmente na relação entre vizinhos, além de contribuir com o desenvolvimento acerca de novas práticas pedagógicas com a utilização de fontes diversas aqui examinadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se pôde observar com o andamento da pesquisa é que a violência utilizada no caso estudado a fim do interesse comum de determinado grupo social, é utilizada como reação a determinadas situações impostas



por órgãos e organizações de poder e controle. No qual se atribui sentido ao temor que essa determinada população teve em relação às práticas, potencialidades e resultados dessa nova lei de alistamento, onde sujeitos em multidão se organizam para enfrentar uma ação percebida como ameaça a seus modos de vida, com as ferramentas que possuem.

Nota-se que esses sujeitos revoltosos são em sua maioria anônimos na visão de uma historiografia baseada em atos oficiais, mas aqui são observados como o que são, sujeitos em ação no dia a dia da sociedade e território estudado, ou seja, o Acarape Oitocentista, pessoas comuns que se encontraram em constantes relações de trabalho, sociabilidade e afins. Aqui se observa a história dos comuns, ou melhor dizendo, dos excluídos da história, especialmente das áreas rurais.

No escopo dessas revoltas Rasga-Listas, Mendes (1999) expõe que: “Uma interpretação conspiratória do movimento sugeria que os “rasga-listas” haviam sido, na verdade, conduzidos por forças e motivos exteriores à revolta em si. Os amotinados, em sua ingenuidade, teriam sido manipulados pelos jesuítas ou pelos liberais radicais.”. Nesse sentido os sujeitos estudados são vistos pelas autoridades da época tão somente como massa de manobra. Posicionamento esse que a pesquisa vai contra e estabelece os sujeitos de ação com base em suas próprias vontades e interesses.

As discussões que advém da temática são as mais variadas, sejam em razão das chamadas “Classes Perigosas”, que se desenvolvem a partir do temor envolvido entre os conflitos do Urbano/Rural, até mesmo o fundamento de movimentos sociais que buscam por direitos e agem também em multidão. Mas para além disso, o entendimento das leis e as relações de poder para com o Império são capazes de produzir modelos e comparações ao que se enfrenta em questões políticas de hoje em dia em relação aos desejos, direitos e necessidades do povo. Novamente, violência é tratada como ignorância ou brutalidade, onde se coloca como única reação possível em razão das condições contemporâneas e com isso, os instrumentos e ações de controle por meio, seja de governo, seja de instituições, são postos em fontes oficiais como justificados e necessários.

CONCLUSÕES

O entendimento acerca do cotidiano passado em determinado tempo e espaço têm caráter fundamental em relação ao entendimento do tempo presente. As explanações e investigações abordadas nesta pesquisa se mostram necessárias e eficientes no tocante ao desenvolvimento de um saber social acerca da organização política de um povo não evidenciado em registros oficiais, um povo sem nome, tratado tão somente como uma multidão revoltosa, no qual os nomes próprios que aparecem, se perdem meio ao passar do tempo, tendo visto que os Documentos são criados para o cumprir de um ato oficial, mas não são produzidos de seu início com o viés histórico.

A série de Revoltas estudadas neste foco da pesquisa percebe a organização popular em defesa de seus interesses sociais e políticos, buscando se proteger do que entendiam como violências impostas. Evidenciam práticas de negociação e resistência frente ao poderoso Império Brasileiro. O uso dessas fontes pode e deve ser trabalhado tanto em pesquisa, quanto em docência a fim do fortalecimento do senso crítico e consciência histórica. Percebemos ainda como práticas pedagógicas a serem desenvolvidas a partir disso passam pelo desenvolvimento de projetos de investigação local e regional, além de situar os alunos como seres sociais e conhecedores da construção de sua comunidade.

AGRADECIMENTOS



Agradeço à UNILAB pelo financiamento da pesquisa intitulada Sociabilidade e conflito nos processos crimes no interior do Ceará, Acarape, 1870-1880. e executada entre 01/10/2023 a 30/09/2024, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Tecnológica (PIBITI).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Alves de. FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900). 2011. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. 2008.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.